

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

17

JANEIRO . FEVEREIRO . MARÇO DE 1980

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro 3800 — Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Continente, Ilhas e Espanha 130\$00

Outros países 200\$00

Via Aérea:

Estrangeiro... .. 250\$00

Número avulso 35\$00

17

Janeiro - Fevereiro - Março de 1980

ANO V

Apresentação

No encerramento do V Encontro Nacional — *D. Manuel de Almeida Trindade*

Nota Pastoral sobre o novo Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos — *Comissão Episcopal de Liturgia*

O Catecumenado e o novo Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos — *P. Fernando Cima*

Encontro Europeu de Liturgia

Correio dos leitores

Publicações litúrgicas

VI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra — 1000 ex.

Com este número 17 iniciamos o V ano do nosso Boletim. Contra os nossos projectos e os votos dos nossos leitores, o novo ano nasce atrasado. Vamos tentar por recuperar o tempo perdido, embora reconheçamos que o atraso da publicação não supõe necessariamente perda de actualidade ou de interesse para os temas tratados.

Continuando a apresentar os trabalhos do último Encontro Nacional, reproduzimos as belas e profundas palavras de encerramento nele proferidas por D. Manuel de Almeida Trindade, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia.

A promulgação do Ritual da Iniciação Cristã do Adultos representa um marco fundamental na renovação litúrgica conciliar. A sua recente edição em língua portuguesa, de que há a esperar uma revisão apropriada no campo da liturgia sacramental e da catequese dos jovens e adultos, foi apresentada pela Comissão Episcopal de Liturgia numa Nota Pastoral que resume os aspectos mais relevantes e inovadores do novo Ritual e põe em evidência a sua importância e oportunidade pastoral. Não faltam, portanto, motivos para que a arquivemos no nosso Boletim.

Relacionado também com o novo Ritual, sai neste número um estudo do P. Fernando Cima sobre o catecumenado. Ninguém desconhece, por certo, o lugar do catecumenado na vida da Igreja primitiva e das comunidades cristãs em zonas de missão. O seu alargamento a toda a Igreja, mesmo aos já baptizados, é inovação que importa reconhecer e aproveitar sem delongas no nosso País.

Uma breve notícia sobre o último Encontro Europeu de Liturgia mostra a ausência de uma política geral na pastoral dos Sacramentos e, na maior parte da Europa, uma baixa na prática dominical e nos casamentos católicos.

Na secção Correio dos leitores, chamamos a atenção de todos para uma prática generalizada de orações sem critério litúrgico. A reza do terço diante do Santíssimo Sacramento exposto é, com certeza, o caso mais comum nas nossas comunidades.

O programa do próximo Encontro Nacional não podia faltar neste número, que também é dedicado à iniciação cristã dos adultos.

Lamentamos não poder incluir, ainda desta vez, a apreciada secção musical.

NO ENCERRAMENTO DO V ENCONTRO NACIONAL

No dia 3 de Abril de 1969 — que nesse ano foi Quinta-feira Santa — o saudoso Papa Paulo VI promulgou o Missal Romano reformado segundo as orientações dadas pelo Concílio Vaticano II. O Missal de Paulo VI substituíu o Missal editado por ordem de S. Pio V, de acordo com as decisões do Concílio de Trento.

Este nosso Encontro de Pastoral Litúrgica, realizado a dez anos de distância da promulgação do Missal de Paulo VI, esperamos que tenha constituído desse acontecimento condigna comemoração.

Entre o Missal de S. Pio V e o Missal de Paulo VI não existem diferenças que atinjam a essência do mistério eucarístico. Quem conhece a história da liturgia tanto do Oriente como do Ocidente sabe como o núcleo central do sacrifício da Ceia, que perpetua o sacrifício da Cruz, embora obedecendo a um esquema substancial comum que lhe foi legado pelo culto de Israel, — como tão profundamente demonstrou no seu trabalho o Rev. Padre Dr. Sebastião Faria S. J. — foi emoldurado por tradições litúrgicas diferentes. O mistério da Eucaristia (como o mistério da Igreja, como o mistério de Deus), não há possibilidade de os captar de maneira exaustiva. Só por aproximações ou por imagens, que se completam ou se corrigem umas às outras, é que conseguimos ter alguma ideia de Deus e dos seus mistérios, durante o período de peregrinação que é o nosso.

Os Missais conhecidos pelos nomes dos Papas S. Pio V e Paulo VI — que pertencem à família litúrgica que se difundiu a partir de Roma — ambos, cada um no seu tempo, procuraram integrar nas suas fórmulas litúrgicas os progressos da investigação histórica e teológica. Aconteceu assim com o Missal de S. Pio V no século XVI. Acontece agora o mesmo com o Missal de Paulo VI, quatro séculos depois. «...Desde há largos decénios — diz a Constituição Apostólica que acompanha a edição deste Missal — que não só foram descobertos e publicados documentos das mais antigas fontes litúrgicas, como também se aprofundou mais o estudo dos formulários litúrgicos da Igreja

Oriental. E assim foi despertando em muitos o desejo de que tais riquezas doutrinárias e espirituais não ficassem sepultadas na obscuridade dos arquivos, mas fossem trazidas à luz, de modo a poderem iluminar e alimentar o espírito e a mente dos fiéis». A Igreja não é objecto de museu. Não o é também a sua oração.

Uma das novidades mais importantes do Missal de Paulo VI foi o enriquecimento da Oração Eucarística com novas Anáforas.

Durante cerca de quinze séculos os fiéis da Igreja Latina celebraram a Eucaristia utilizando apenas o Cânon Romano. O Cânon Romano é um texto venerável; mas ele não esgota a riqueza do mistério eucarístico, como a não esgotarão outras fórmulas litúrgicas, mesmo que tivéssemos possibilidade de as variar indefinidamente. Esta é a condição de pobreza da linguagem humana! Mas essa incapacidade não devia fechar-nos a porta a que pudéssemos recorrer a outras fórmulas. O Vaticano II abriu-nos essa porta. Actualmente podemos utilizar oito novas Anáforas além do Cânon Romano. Oxalá a piedade eucarística dos sacerdotes e dos fiéis saia daí mais enriquecida!

A outra novidade foi a possibilidade do uso do vernáculo não apenas nas leituras da Sagrada Escritura mas em toda a liturgia da Missa. É verdade que o uso do latim como língua universal não foi posto de parte; há locais, designadamente aqueles onde afluem turistas ou peregrinos, de países diferentes, onde se mantém louvavelmente a celebração em latim. Os fiéis são mesmo exortados a saberem de cor algumas fórmulas — Credo, Glória, Sanctus... — para as poderem cantar sobretudo em assembleias onde se reúnem pessoas cuja língua materna é diferente. O uso do latim nestas circunstâncias é uma expressão da unidade da Igreja. Quem alguma vez em Roma, em Lourdes ou em Fátima, fez essa experiência, deu conta de que a exortação da Igreja tem indiscutível razão de ser.

Conjuntamente com a Constituição Apostólica de Paulo VI que promulgava o novo Missal Romano, os órgãos competentes da Santa Sé davam a lume a «Instrução Geral do Missal Romano».

A tradução portuguesa desse documento apareceu na revista *Ora et Labora*, dos Beneditinos do Mosteiro de Singeverga, e também no *Mensageiro do Coração de Jesus*, dos Padres Jesuítas de Braga. O texto latino foi inserido no fascículo do *Ordinário da Missa*, em uso desde 1969.

Aconteceu, entretanto, que de determinado sector da opinião pública eclesial começaram a aparecer reparos, pondo em dúvida a ortodoxia de certas afirmações da *Instrução*.

Entre outros, dizia-se que a *Instrução* não punha em suficiente relevo o carácter sacrificial da Missa e que, conseqüentemente, havia perigo de

a confundir com a Ceia praticada pelos luteranos. Esses reparos eram certamente infundados. Porém, Paulo VI quis que ninguém pudesse ficar com dúvidas sobre a genuinidade católica do documento de tamanha responsabilidade. O texto da *Instrução* foi revisto. O número 7, que era o mais contestado, soava assim na primeira edição: «A Ceia do Senhor ou Missa é a assembleia sagrada ou congregação do Povo de Deus reunido sob a presidência do sacerdote para celebrar o memorial do Senhor. A esta assembleia da santa Igreja se aplica aquela promessa de Cristo: «Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou Eu no meio deles» (Mt. 18, 20)».

Este texto, que aliás nada tem de menos ortodoxo, para maior clareza foi substituída por outro onde a tónica passa a ser não a «assembleia sagrada», mas o fim para que essa assembleia sagrada se reúne: «a celebração do memorial do Senhor ou — acrescenta o texto revisto — o sacrifício eucarístico».

Aliás, para que neste como noutros pontos não restassem quaisquer dúvidas sobre a doutrina da Igreja, foi acrescentado ao texto primitivo uma Introdução ou *Proémio* de quinze números, onde são devidamente esclarecidos, à luz da doutrina conciliar (que é a doutrina tradicional da Igreja), não só a natureza sacrificial da Missa, mas ainda «o mistério admirável da presença real do Senhor sob as espécies eucarísticas»; a natureza do sacerdócio ministerial cuja afirmação não deve ofuscar «essa outra realidade de suma importância que é o sacerdócio dos fiéis». A este propósito o *Proémio* acrescenta estas elucidativas palavras: «é pelo ministério dos prebíteros que o sacrifício espiritual dos fiéis é consumado na união com o sacrifício de Cristo, único Madiador. Com efeito, a celebração da Eucaristia é a acção de toda a Igreja; nesta acção, cada um intervém fazendo só e tudo o que lhe pertence, conforme o posto que ocupa dentro do povo de Deus».

Estas últimas palavras são uma clara alusão à existência e ao exercício dos vários ministérios na celebração eucarística: do sacerdote, do diácono, do acólito, do leitor, do salmista, dos cantores, etc..

Passados dez anos repõe-se nas mãos dos sacerdotes e dos fiéis, em esmerada tradução portuguesa, a edição revista (seria injusto que se lhe chamasse edição «emendada») da *Instrução Geral do Missal Romano*.

O Padre Romano Rocha, Professor de Liturgia na Pontifícia Universidade Gregoriana, fez a análise, em dois oportunos artigos publicados no nosso *Boletim de Pastoral Litúrgica*, dos oito capítulos em que se divide a *Instrução* e chamou a atenção para o seu carácter doutrinal e não meramente rubricista (como era o do documento que

acompanhava o Missal de S. Pio V). Sacerdotes e fiéis têm agora à mão um texto fundamental para o estudo do mistério eucarístico e de tudo aquilo que lhe diz directamente respeito e ainda para a sua celebração correcta, expressiva e espiritualmente profunda.

Julgo que valia a pena que alguém continuasse o trabalho já iniciado pelo Padre Romano Rocha no *Boletim de Pastoral Litúrgica* e continuado neste V Encontro, explicando, para instrução de todos os membros do povo de Deus, que não têm acesso a grandes tratados de Teologia litúrgica ou de Pastoral Litúrgica, o que na *Instrução* se encontra em forma necessariamente condensada.

A reforma dos textos litúrgicos promovida pelo Vaticano II não está longe de chegar ao seu termo. O que está longe de acontecer é a assimilação, por parte de cada um de nós, da riqueza que o Concílio pôs ao nosso alcance. É verdade que a assimilação não se faz sem tempo. Mas é necessário, já que não podemos passar sem ele, que façamos tudo para o não desperdiçar.

O V Encontro de Pastoral Litúrgica tinha um título sugestivo: *A descoberta da Oração Eucarística*.

Já sabíamos o que se faz na oração eucarística. A oração eucarística não é apenas um *símbolo* de profissão de fé — como com tanta clareza expôs o Padre Pedro Ferreira, — nem uma simples *anáfora*, isto é uma «elevação» que ergue os nossos corações em adoração e louvor ao Pai, lembrando-nos (anamnese) das maravilhas de Deus realizadas num passado histórico. Ela é uma «Actio», isto é, uma acção em que Jesus Cristo, presente na assembleia e na pessoa do sacerdote, renova a sua oblação do calvário, sob os sinais sacramentais do pão e do vinho. Esta «Acção» reveste a forma de uma acção de graças: perante as maravilhas de Deus operadas na primeira e na segunda criação (veja-se, de modo particular, a IV Oração Eucarística), o homem, iluminado pela fé, abre o coração ao louvor agradecido ou à acção de graças impregnada de louvor e de adoração. Estamos no cume da vida do crente. No cume em que, por um lado, se concentra «toda a acção pela qual Deus, em Cristo, santifica o mundo» e, por outro, em que se resume e encontra a sua expressão mais rica e mais plena «todo o culto pelo qual os homens [não sózinhos e isolados mas] por meio de Cristo, que é o Filho de Deus, prestam a adoração ao Pai» (Cfr. *Instrução Geral do Missal Romano*, n. 1).

Nada no universo se pode comparar a esta «Actio eucharistica». Como no célebre quadro de Rafael, conhecido pelo nome de *Disputa do Santíssimo Sacramento*, é à volta da Eucaristia que se conjugam o

Céu e a Terra; a acção eucarística é verdadeiramente, como disse Giuliotti, *Il ponte sul mondo*: a ponte por cima do mundo.

Este encontro de Pastoral Litúrgica lançou-nos, de velas infunadas pelo sopro do Espírito Santo, à *descoberta* da Oração Eucarística. Tudo o que ouvimos nos foi útil. As achegas da história, as reflexões da teologia, o conhecimento das normas litúrgicas, o esforço doloroso de educar o ouvido e de modelar a voz (obrigado Dr. Manuel Luís!) — foram para nós como as estrelas do céu a apontar aos navegadores o caminho de terras desconhecidas.

Mas a descoberta teve lugar na própria celebração eucarística. Que digo eu? Quando celebramos nos nossos altares da terra — mesmo que o fizéssemos com perfeição e emocionados até às lágrimas como acontecia e acontece com alguns Santos — estamos apenas e ainda *a caminho da descoberta*. E quem se adianta nessa descoberta não é quem mais sabe, mas quem, sabendo alguma coisa, mais consegue amar. Depois de tudo o que aprendemos, requiere-se um coração de poeta, de olhos límpidos e puros — quero dizer um coração de santo: os Santos é que são os verdadeiros poetas — que saiba *admirar e adorar* silenciosamente, para começar a entender alguma coisa do que é a «acção eucarística».

Digo «começar a entender»; porque entender plenamente, cantar a plenos pulmões e sem desafinação, amar de todo o coração, já sem a cortina dos sinais mas no face a face de Deus e dos seus Santos, isso será a liturgia do Céu...

Oxalá este Encontro tenha ajudado os presentes a entrever a beleza escondida, os entusiasme a prosseguir o caminho da descoberta e a levar a outros, que não conseguiram vir, os conhecimentos aqui adquiridos e sobretudo a experiência de celebrações dignas e intensamente vividas.

† D. MANUEL, Bispo de Aveiro e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia

Nota Pastoral sobre o novo Ritual da INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS

Ao promulgar o novo Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos, no dia 6 de Janeiro de 1972, a Sagrada Congregação do Culto Divino correspondeu ao pedido do Concílio Vaticano II que, a tal respeito, se exprimiu nestes termos: «Restaure-se o catecumenado dos adultos, com vários degraus, a praticar segundo o critério do Ordinário do lugar, de modo que se possa dar a conveniente instrução a que se destina o catecumenado e santificar este tempo por meio dos ritos sagrados que se hão-de celebrar em ocasiões sucessivas» (SC, n. 64). «Revejam-se tanto o rito simples como o rito solene do Baptismo dos adultos, tendo em conta já a restauração do catecumenado» (SC, n. 66).

O Concílio pediu a revisão do Ritual Romano de 1614-1952 (capítulos III e IV do título II) e restaurou o catecumenado, ou seja a introdução progressiva dum candidato na fé e na vida cristã.

Preliminares

Os Preliminares do novo Ritual seguem-se aos Preliminares do *Ritual do Baptismo das crianças*, por um lado, e, por outro, devem confrontar-se com a *Instrução Geral do Missal Romano* e a *Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas*.

Estes Preliminares são de uma excepcional importância porque explicam o sentido do catecumenado e dos ritos que nele se integram.

Neles se esclarece que este Ritual se destina «àqueles adultos que, depois de terem escutado o anúncio do mistério de Cristo, movidos pelo Espírito Santo que lhes abre o coração, consciente e livremente buscam o Deus vivo e tomam o caminho da fé e da conversão. Mediante os

ritos que o integram, vão sendo espiritualmente ajudados na sua preparação para, na devida altura, receberem com furto os próprios Sacramentos» (n. 1).

Catecumenado

Neste Ritual há elementos totalmente novos, como sejam: a apresentação da caminhada dum catecúmeno para a plena vida da fé; os esclarecimentos sobre o catecumenado e sobre o lugar e o sentido dos ritos que intervêm ao longo dessa mesma caminhada.

Na era apostólica, os adultos eram admitidos aos Sacramentos depois de uma preparação mais ou menos longa, e a Tradição Apostólica de Hipólito, cerca de 215, mostra-nos, em Roma, um catecumenado organizado a rigor. A partir do século IV, a última fase deste catecumenado situava-se, com os seus três escrutínios, na Quaresma.

A preparação do Baptismo não se limitava à instrução religiosa. Havia nela ritos litúrgicos que simbolizavam e realizavam a intervenção de Deus na caminhada espiritual do catecúmeno.

Ritos principais

O capítulo I, intitulado «Ritual do catecumenado em vários degraus», abrange os números 68-239, é o maior de todos e apresenta o modo normal de proceder à iniciação cristã dos adultos.

Três ritos litúrgicos assinalam a caminhada espiritual do candidato até à plena participação na vida cristã:

1. *O rito da admissão dos catecúmenos* (nn. 68-96), que tem como gesto principal a *signação* e marca a entrega do candidato a Cristo e a sua entrada na Igreja, ainda não como fiel mas já como discípulo de Cristo. Antes desta entrada, torna-se necessário e indispensável um primeiro tempo de evangelização.

2. *O rito da eleição ou da inscrição do nome* (nn 133-151), que se celebra após um longo espaço de tempo, eventualmente de vários anos, encerra o catecumenado propriamente dito e supõe, por parte do candidato, uma fé esclarecida e a vontade deliberada de receber os Sacramentos (n. 134).

Este rito deve celebrar-se na Missa do primeiro domingo da Quaresma que precede a Páscoa em que o candidato vai receber os Sacramentos da iniciação (n. 140).

3. *Celebração dos Sacramentos da iniciação.* Será feita na Vigília Pascal e, não o sendo nesta altura, procure-se que a celebração manifeste claramente a sua natureza pascal (n. 209).

A iniciação sacramental inclui a recepção do Baptismo, da Confirmação e da Comunhão. Há uma união estreita entre estes três Sacramentos que, por isso, são chamados os Sacramentos da iniciação. Os eleitos, que deles se aproximam, recebem, por seu intermédio, a remissão dos pecados, são agregados ao Povo de Deus, recebem a adopção dos filhos de Deus, são introduzidos pelo Espírito na plenitude dos tempos e participam desde já no reino de Deus pelo sacrifício e banquete eucarístico (n. 27).

Ritos intermediários

Ao longo da caminhada catecumenal, que deve ser preenchida por uma séria formação religiosa, são celebrados certos ritos intermediários para corresponder às necessidades espirituais dos candidatos.

Durante a Quaresma que precede a recepção dos Sacramentos da iniciação, o novo Rital restaura os *escrutínios* (nn. 160-187) e a tradição litúrgica da «Oração dominical» (nn. 188-192) e do Credo (nn. 193-199) e propõe outros ritos preparatórios dos Sacramentos.

Os *escrutínios* não são exames mas têm por finalidade purificar o coração, libertar do mal e abrir para a graça.

Casos particulares

O capítulo I prevê que, em casos excepcionais, desde que seja salvaguardada a sinceridade da conversão e a maturidade religiosa do candidato, se use um ritual simplificado (nn. 240-277).

O capítulo III apresenta um ritual breve para a iniciação de um adulto em perigo de morte. Está organizado de modo a poder ser utilizado pelos leigos, sejam ou não catequistas (nn. 278-294).

Os capítulos IV e V contêm elementos inteiramente novos.

O capítulo IV é muito breve (nn. 295-305) e dá orientações relativas à preparação para a Confirmação e para a Eucaristia dos adultos

que, baptizados em criança, nunca foram catequizados. A sua situação é semelhante à dos catecúmenos, pois tiveram uma iniciação incompleta e não assumida.

O capítulo V reveste-se de particular interesse pastoral ao apresentar um ritual da iniciação das crianças em idade de catequese. Estas crianças ainda não são adultas porque vivem sob a autoridade dos pais ou de outros responsáveis. A sua iniciação requiere a conversão pessoal e o amparo na educação. Deve adaptar-se, além disso, à sua caminhada espiritual e à sua formação catequética.

Chama-se a atenção para o carácter inovador deste capítulo. No nosso País, cresce o número de crianças que não são baptizadas nos primeiros meses após o seu nascimento. Há, pois, que reconhecer e aproveitar a oportunidade pastoral deste capítulo.

O capítulo VI contém textos vários para a celebração da iniciação cristã.

O Apêndice responde às preocupações ecuménicas do Vaticano II e apresenta um novo rito para os cristãos, validamente baptizados, que se converteram à Igreja Católica.

Importância pastoral

Este Ritual é o mais importante dos rituais promulgados após a reforma conciliar. A sua oportunidade pastoral aumenta entre nós porque já é considerável o número dos Baptismos de adultos (mais de mil por ano); porque, tendo aumentado nos últimos anos o número de crianças por baptizar, muitas delas aparecerão por certo a pedir o Baptismo em idade escolar ou na idade adulta; porque temos muitos baptizados jovens e adultos que nunca foram evangelizados nem catequizados, encontrando-se em situação quase catecumenal.

Na sua recente Exortação Apostólica «*Catechesi Tradendae*», João Paulo II, depois de afirmar que a catequese está intrinsecamente ligada a toda a acção litúrgica e sacramental, recorda que, na Igreja primitiva, se identificavam o catecumenado e a iniciação aos Sacramentos do Baptismo e da Eucaristia, e chama a atenção para o perigo de a catequese se intelectualizar se não for aurir vida na prática sacramental (n. 23).

Neste mesmo documento, o Santo Padre considera verdadeiros catecúmenos aqueles que receberam na infância uma catequese correspondente à sua idade, mas que se afastaram em seguida de toda a prática religiosa e se vêm a achar, na idade madura, com conhecimentos não

correspondentes à sua idade; aqueles que se ressentem de uma catequese precoce, mal orientada e mal assimilada; e, por último, aqueles que, embora nascidos em países cristãos, nunca foram educados na fé (n. 44).

A baixa proporção de praticantes entre os católicos portugueses (cerca de 30%), a deficiente formação religiosa de boa parte dos próprios praticantes, a falta de católicos conscientes e responsáveis nos vários sectores da vida social e política, entre outros índices, mostram-nos como é oportuna a Exortação do Papa e como se reveste da maior actualidade pastoral o novo Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos.

Aveiro, 5 de Abril de 1980

A COMISSÃO EPISCOPAL DE LITURGIA

O catecumenado e o novo Ritual da Iniciação Cristã

Com a publicação do Ritual da Iniciação Cristã cumpre-se o que o Concílio determinara: «Restaure-se o catecumenado dos adultos, com vários degraus..., de modo que se possa dar a conveniente instrução a que se destina o catecumenado e santificar este tempo por meio de ritos sagrados que se hão-de celebrar em ocasiões sucessivas» (Constituição sobre a Sagrada Liturgia, 64).

A restauração do catecumenado é uma data histórica para a Igreja. Se, aqui ou ali, houve sempre uma grande preocupação com o Baptismo dos adultos, a verdade é que se tinha perdido o verdadeiro espírito do catecumenado. Com a prática do Baptismo das crianças e a institucionalização da Igreja, a iniciação cristã deixou de ser algo de específico, deixou praticamente de existir.

O que é catecumenado? Responde o Concílio: «Aqueles que receberam de Deus por meio da Igreja a fé em Cristo, sejam admitidos ao catecumenado, mediante a celebração de cerimónias litúrgicas; o catecumenado não é mera exposição de dogmas e preceitos, mas uma formação e uma aprendizagem de toda a vida cristã, prolongada de modo conveniente, por cujo meio os discípulos se unem com Cristo seu mestre» (Decreto «Ad Gentes» sobre a actividade missionária da Igreja, 14).

Os dois aspectos salientados — a importância da liturgia no catecumenado, e que este não se reduz a simples dogmas e preceitos mas a uma aprendizagem da vida cristã — orientam este nosso trabalho. Traçaremos, assim, em primeiro lugar, a história do catecumenado, para nos situarmos no tempo e no que significa para nós o Ritual da Iniciação Cristã, fazendo depois uma rápida análise do mesmo⁽¹⁾.

(1) Dois livros serviram de base para este estudo: A. LAURENTIN/M. DUJARIER *Catechumenat. Données de l'histoire et perspectives nouvelles*. Ed. du Centurion, 1969. E A. G. MARTIMORT, *A Igreja em Oração*. Ed. Ora et Labora, 1965, pp. 590-654. O Ritual da Iniciação Cristã foi-nos cedido pelo Secretariado Nacional de Liturgia, ainda em provas de tipografia.

I — O CATECUMENADO NA HISTÓRIA DA IGREJA

A) Novo Testamento

Os Actos dos Apóstolos e as Epístolas de S. Paulo mostram-nos que, para admitir alguém a um cargo eclesial, a Igreja agiu sempre com muito cuidado: qualidades bem determinadas e mesmo um tempo de formação que permitisse julgar das suas aptidões. A decisão final pertencia, quase sempre, à comunidade. Assim acontece com a eleição dos diáconos (Actos, 6, 2-6; I Tm., 3, 8-10).

O próprio S. Paulo, no início da sua missão, tem de ser apresentado por Barnabé, o qual se responsabiliza por ele (Actos, 9, 26-28). O bispo deve satisfazer uma lista de qualidades bem definidas (I Tm., 3, 2-7).

O mesmo sucede para a admissão ao Baptismo. Os dois casos mais conhecidos mostram-nos a caminhada feita até ao Baptismo. O primeiro é o Baptismo do eunuco da Etiópia por Filipe. S. Lucas apresenta-no-lo de uma maneira bastante sugestiva: é já crente, porque veio em peregrinação e estuda a Bíblia (Act., 8, 27-28), e a qualidade destas disposições é testemunhada pelo próprio Deus (vv. 26 e 29). O candidato já fez uma longa caminhada pessoal (v. 34), e, depois de ter escutado uma catequese bíblica centrada em Cristo (v. 35), proclama a sua fé que o leva ao Baptismo: «O eunuco disse: 'Está ali água. Que me impede de ser baptizado?' Filipe respondeu: 'Se acreditas com todo o coração, isso é possível'. Ele afirmou: 'Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus'» (vv. 36-37).

Mais completa é a narração do Baptismo de Cornélio (Actos 10, 1-11, 18). A primeira etapa é o pedido feito por Cornélio, é a questão tradicional — «qual é o teu motivo?» —, é o pedido apoiado por garantias: o anjo, os três enviados e a comunidade judaica. A admissão é a entrada em casa. Segue-se a catequese, centrada em Cristo, que se destina a consolidar a fé. Depois de verificada a qualidade da fé — de um modo excepcional, já que os irmãos hesitavam, pela descida do Espírito —, a comunidade decide baptizar.

Estes dois casos do Novo Testamento mostram-nos que a Igreja primitiva não admitia ao Baptismo sem preparação, sem critérios, sem garantias. Em especial, a pureza da fé em Jesus Cristo era uma das condições mais exigentes; por isso, Jesus é o centro de toda a catequese. A realidade catecumenal começa, portanto, a existir com a própria Igreja. Ela vai desenvolver-se nos dois séculos seguintes, atingindo a maturidade no final do séc. III.

B) Séculos II e III

Até ao início do séc. IV a Igreja vive em situação difícil. Mas esta dificuldade representa uma exigência permanente de pureza doutrinal e qualidade pastoral. A Igreja vive num contexto eminentemente missionário. É nesta época que o catecumenado se vai estruturar e produzir os melhores frutos.

1 - O primeiro testemunho importante é o de Justino (séc. II). Na Primeira Apologia fala da iniciação baptismal, e faz também alusão à instrução anterior que os candidatos ao Baptismo teriam de receber. Este período de formação comporta três pontos bem definidos: *arrependimento das faltas*, porque o Baptismo, diz Justino, é «um banho para a remissão dos pecados»; a *fé na Igreja como mestra da verdade*, exigência esta que supõe um sério ensinamento; finalmente, *uma vida transformada*, uma vida nova segundo essa doutrina, o que implica um tempo suficiente para operar a conversão dos costumes.

É a Igreja que julga, segundo estes três critérios fundamentais, se o candidato é apto ou não para receber o Baptismo. Depois desta decisão, há um certo tempo, que se pode chamar já de «período baptismal», o qual consiste em alguns dias de preparação, ocupando a liturgia o lugar mais importante: os fiéis jejuam e rezam com os catecúmenos. Finalmente, os mesmos fiéis acompanham-nos ao Baptismo e celebram a Eucaristia com os novos «irmãos».

2 - No séc. III, a *Tradição Apostólica*, de Hipólito, apresenta o catecumenado já estruturado em Roma. É um tempo longo de preparação que dura habitualmente três anos, inserido entre dois exames de admissão: o exame de admissão ao catecumenado e o exame de admissão ao Baptismo.

O exame de admissão ao catecumenado visava sobretudo esclarecer e purificar os motivos do pedido de Baptismo, dando-se muita importância aos «garantes». Este exame era bastante rigoroso, sobretudo quanto às profissões dos candidatos, muitas das quais eram consideradas, então, como incompatíveis com a vida cristã. Sendo aceites, os candidatos são informados das exigências fundamentais do cristianismo.

Segue-se o tempo da catequese, durante dois ou três anos, catequese que era administrada pelos doutores, eclesiásticos ou leigos, finda a qual há o segundo exame para a admissão ao Baptismo, sendo importante o testemunho do «garante». O período baptismal, de preparação para o Baptismo, tem a duração de uma semana; todos os dias há um

exorcismo com a imposição das mãos, devendo um dos exorcismos ser feito pelo Bispo.

No quinto dia da semana, os catecúmenos tomam banho e lavam-se; a sexta e o sábado são dias de jejum. No sábado tem lugar o exorcismo solene e o rito do «Ephphatá». Na vigília, que termina na manhã de Domingo de Páscoa, celebra-se o Baptismo, participando os neófitos na Eucaristia.

3 - Um testemunho interessante, sobretudo no que diz respeito aos temas de catequese, é o de Orígenes, ao mesmo tempo que nos informa sobre o catecumenado no Egito e na Palestina no séc. III. Orígenes põe em evidência a evangelização como etapa para o catecumenado; e, durante o catecumenado, é a história do povo judeu que lhe inspira a catequese a ministrar. Com efeito, a partir do Êxodo do povo de Israel, Orígenes traça as etapas da viagem do catecúmeno até ao Baptismo: a saída do Egito é a conversão, a passagem do Mar Vermelho é a entrada no catecumenado, os anos do deserto são o tempo da catequese, a travessia do rio Jordão é o Baptismo, o qual marca a entrada no Reino de Cristo, a Terra Prometida.

Esta aplicação da história de Israel ao caminhar do catecúmeno para o Baptismo foi sobretudo usada no séc. IV, mas não deixa de ser significativo o uso de imagens bíblicas muito expressivas, fáceis de explicar aos catecúmenos. Mas Orígenes fala-nos também do papel de toda a Igreja, da acção evangelizadora dos leigos, do anúncio da mensagem do Evangelho, anúncio este essencial para despertar o interesse por Cristo. Para a admissão ao Baptismo, existem membros da Igreja, designados para esse fim, os quais têm a função de se informarem sobre a vida e os costumes daqueles que se apresentam.

C) Séculos IV e V

No início do séc. IV as condições sociais transformam-se, e a Igreja passa a ter direitos de cidadania, de liberdade, de privilégios. Os períodos de perseguição obrigam a uma grande qualidade de fé; as facilidades vêm provocar o contrário; da qualidade passa-se para a quantidade. Os motivos para receber o Baptismo começam a ser menos puros: para casar com um cristão, para o escravo agradar ao seu senhor, por razões até de ambição política. Razões de todos os tempos para as quais, de imediato, Agostinho, Ambrósio e tantos outros Padres chamam a atenção da Igreja.

Por outro lado, por causa das exigências da conversão, muitos catecúmenos não têm pressa de receber o Baptismo; adiam-no para o fim da vida. Além disso, espalha-se o costume de inscrever as crianças como catecúmenos, deixando que elas, quando adultas, se convertam pessoalmente e peçam o Baptismo. Aconteceu, por exemplo, com S. Basílio, S. Gregório de Nazianzo, S. Agostinho, S. João Crisóstomo.

A instituição catecumenal adaptou-se aos novos tempos. O rito de entrada deixa de ser o exame rigoroso de que nos falou a Tradição Apostólica, para se converter em gestos significativos mas pouco exigentes a respeito da conversão das pessoas. S. Agostinho, no *De Catechizandis rudibus*, descreve o rito de entrada no catecumenado: sinal da cruz e entrega do sal. O candidato professa antes a sua adesão à mensagem cristã e renuncia ao culto dos ídolos.

A duração do tempo de formação ou de catequese é variável, porque havia os que não tinham pressa e havia os muito apressados. Foi por isso que a Igreja desenvolveu a Quaresma como tempo especial de formação baptismal. Este período inicia-se com a inscrição solene do nome. Egéria descreve, com riqueza de pormenores, esta cerimónia a que ela assistiu em Jerusalém, no início do séc. iv. O período quaresmal é um tempo de formação doutrinal e um tempo de apelo à conversão pessoal. A Sagrada Escritura é a base da catequese doutrinal, tendente a aprofundar a fé, de tal modo que, no Domingo de Ramos, se faz a entrega do Símbolo e, em algumas igrejas, do Pai-Nosso.

Três ritos revestem um carácter mais solene: são os escrutínios feitos na presença da comunidade, no 3.º, 4.º e 5.º Domingos da Quaresma. A celebração do Baptismo é feita na Vigília Pascal. Ao Baptismo, segue-se a Confirmação e a Eucaristia. E toda a comunidade expande a sua alegria pelos novos cristãos. S. João Crisóstomo exprime o estado de espírito da comunidade cristã neste belíssimo texto: «Logo que saem das piscinas sagradas, toda a assembleia os abraça, os saúda, os beija, e participa da alegria daqueles que, outrora escravos e cativos, se tornaram homens livres, filhos convidados para a mesa real».

Durante a semana que se segue ao baptismo, todos os dias os neófitos vão à igreja para ouvir as *Catequeses Mistagógicas*, esses tratados maravilhosos que os Padres nos deixaram sobre os Sacramentos da iniciação cristã, e que já então tanto entusiasmo suscitavam nos fiéis que eles soltavam gritos de júbilo. Com efeito, diz-nos Egéria: «Somente entram os neófitos e os fiéis que querem ouvir falar dos mistérios. As portas são fechadas para que nenhum catecúmeno possa entrar. Durante a exposição feita pelo Bispo, há gritos de aprovação a tal ponto que, mesmo fora da igreja, se ouvem as pessoas gritar».

Apesar de tudo isto, a disciplina do catecumenado está em decadência. E é curioso verificar que estes séculos (IV-VI) são de uma grande riqueza litúrgica; mas talvez este facto se deva às mudanças sociais e políticas que se operavam então, aparecendo a Igreja mais como instituição, ganhando importância o seu aspecto exterior.

Com efeito, a redução do catecumenado ao período quaresmal marca o princípio de uma grande decadência; se o Concílio de Elvira (304) pede ainda dois anos de catecumenado, o historiador Sócrates conta que, no início do séc. V, nalgumas regiões de França baptizava-se após uma semana de instrução. No séc. VI, S. Martinho de Dume exigia três semanas de formação para o Baptismo das populações bárbaras. O concílio de Agde (506) pede oito meses de catecumenado para os judeus que se querem converter. Ao mesmo tempo, na primeira metade do séc. VI, em Roma, normalmente os candidatos passam a ser crianças.

Não é de estranhar, portanto, que no séc. XVI S. Francisco Xavier baptize doze mil pessoas depois de alguns dias de preparação, embora nesse tempo se julgasse como ideal três meses de preparação para o Baptismo de judeus ou muçulmanos.

E termino esta rápida visão histórica do catecumenado com as palavras de S. Gregório Nazianzeno: «Eu conheço três modos de alcançar a salvação: a dos escravos, a dos mercenários, a dos filhos. O escravo teme o castigo; o mercenário só se interessa pelo lucro; mas tu eleva-te à dignidade de filho, ama respeitosamente o teu Pai. Faz o bem por causa da beleza da obediência, mesmo gratuita, a teu Pai, não esquecendo que a tua recompensa é a alegria de teu Pai».

II — O NOVO RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ

A) O «pré-catecumenado»

«O Ritual da Iniciação Cristã, que adiante se descreve, destina-se àqueles adultos que, depois de terem escutado o anúncio do mistério de Cristo, movidos pelo Espírito Santo que lhes abre o coração, consciente e livremente buscam o Deus vivo e tomam o caminho da fé e da conversão» (Preliminares da «Iniciação Cristã dos Adultos», n.º 1).

Estas palavras colocam-nos perante duas realidades: a primeira é a de que a evangelização precede o catecumenado; a segunda: quando se entra no catecumenado, existe já, por efeitos da própria evangelização, uma certa fé em Cristo, que traz consigo a vontade de conversão.

A evangelização é a proposição da mensagem cristã aos homens; é o trabalho mais profundo da Igreja, a qual, confiada no Espírito Santo, espera que a Palavra penetre o coração dos homens e os converta. A segunda realidade coloca-nos perante um facto mais concreto: o desejo de ser baptizado, de pertencer à Igreja de Deus, ao povo cristão.

Ao tempo que vai entre o pedido de Baptismo e a entrada no catecumenado chama o Ritual o «pré-catecumenado». Este tempo destina-se a fazer que amadureça «com sinceridade o desejo de seguir a Cristo e de pedir o Baptismo» (Preliminares, n.º 10). Este desejo é o princípio da fé; sem ele, não se deve admitir ninguém ao catecumenado, porque a catequese é para aqueles que estão verdadeiramente dispostos a conhecer a Cristo e a Igreja, que já lhes foram revelados e em que já acreditam, embora imperfeitamente. Existe assim, na prática, uma distinção entre evangelização e catequese: evangelização é o anúncio da Boa-Nova a toda a gente; a catequese, é o anúncio da Boa-Nova aos catecúmenos, àqueles que se preparam para o Baptismo. Esta distinção serve apenas para facilitar o tratamento dos temas.

O pré-catecumenado é o tempo da purificação dos motivos que levam a pedir o Baptismo. Por isso se diz que o acolhimento dos candidatos, durante este tempo, «será feito dentro das reuniões e assembleias da comunidade local», aproveitando, por exemplo, as reuniões de amizade ou de convívio» (n. 12,3). Deve haver, também, um tempo dedicado à oração (n. 13).

B) As etapas da iniciação cristã

«A iniciação dos catecúmenos faz-se à maneira de uma caminhada progressiva, dentro da comunidade dos fiéis» (Preliminares, n. 4). O actual Ritual da Iniciação Cristã prevê três etapas ou degraus:

1) O *Primeiro degrau* «é quando alguém, que chegou à conversão inicial, quer fazer-se cristão e é recebido pela Igreja como catecúmeno» (n.º 6, a). Este primeiro degrau comporta o rito de admissão ao catecumenado, com um diálogo inicial, o exorcismo (conforme as circunstâncias), a signação da fronte e dos sentidos (esta pode ser omitida), a imposição do nome novo (onde é possível), a introdução dos catecúmenos na igreja e a celebração da Palavra (podendo então entregar-se os Evangelhos e (ou) as cruzes), as preces pelos catecúmenos e a despedida.

A segunda parte deste degrau compreende todo o tempo do catecumenado e seus ritos. O tempo do catecumenado pode ser mais ou

menos longo; não está fixado o tempo, é o que for preciso, não há pressa. Este tempo destina-se a que os catecúmenos sejam iniciados «nos mistérios da salvação, na prática dos costumes evangélicos e nos ritos sagrados que a seu tempo se hão-de celebrar, e são introduzidos na vida da fé, na vida litúrgica e na vida de caridade do povo de Deus» (Ritual, n. 98).

Não deve ser fixado, à partida, um tempo determinado: a caminhada faz-se livremente, porque ela não terá sempre o mesmo ritmo, quer porque as situações sociais, intelectuais, familiares são diferentes de uns para os outros, quer porque o Espírito sopra onde quer, e é necessário estar aberto à voz do Espírito. Por isso este tempo é acompanhado de *celebrações da Palavra de Deus* que iniciarão os catecúmenos no conhecimento mais perfeito da Bíblia e, em especial, do Evangelho, na oração, no mistério litúrgico, na vida de culto da comunidade. Todos estes aspectos são fundamentais para a formação dos catecúmenos. Haverá ainda, dentro das celebrações, os *exorcismos menores* e as *bênçãos*, para que os catecúmenos sintam que é graça de Deus, a sua acção salvífica, que os conduz nesta caminhada de fé. Finalmente, quando os catecúmenos «se mostrarem suficientemente amadurecidos» (n. 125), podem fazer-se as *Tradições* do Símbolo e do Pai-Nosso, concluindo-se com o rito do *Ephphatá*.

Este tempo do catecumenado é muito importante para a vida da comunidade cristã e para a integração do catecúmeno nessa mesma comunidade. Deve ser esta a altura de ele escolher o seu lugar na Igreja. Na Igreja não somos um bloco único, onde cada qual pode fazer não importa qual ofício ou ministério; mas, como já dizia S. Paulo, «possuímos dons diferentes, consoante a graça que nos foi concedida» (Rom. 12, 6); e ainda: «foi num só Espírito que todos nós fomos baptizados, a fim de formarmos um só corpo»... mas «o corpo não consta de um membro mas de muitos» (I Cor. 12, 13-14).

O catecumenado é o tempo da escolha do ministério de cada um dentro da Igreja: saber que lugar vai ocupar consoante as suas qualidades e as suas aptidões. A comunidade cristã será assim mais enriquecida, e o novo cristão sentir-se-á bem enquadrado e realizado.

O Ritual não fala, nem lhe compete falar, dos critérios que estarão na base para admissão ao catecumenado. O rigor dos primeiros séculos talvez seja um pouco excessivo para os nossos dias, mas podemos indicar três aspectos ligados à fé e à conversão a ter em conta aquando da entrada no catecumenado: o reconhecimento

- do amor que Deus nos manifesta em Jesus Cristo;
- da Igreja como o meio fraterno onde Deus Se faz conhecer e amar;

— da libertação que nos é concedida em Jesus Cristo e nos faz viver a plenitude da vida divina.

Não são três verdades que se devam «conhecer», mas constituirão o sinal de adesão a Cristo e hão-de manifestar-se na vida do candidato.

Um outro ponto essencial é o lugar que deve ocupar a liturgia durante a caminhada dos catecúmenos para o Baptismo. Todo o Ritual, desde o rito de admissão até à participação final na Eucaristia, constitui como que uma única acção litúrgica. Não se pode reduzir o catecumenado a meras cerimónias, a mais algumas cerimónias do Baptismo; mas fazer da conversão do catecúmeno, da transformação da sua vida quotidiana, da sua nova inserção no mundo, da sua formação catequética, uma acção de Deus, da Igreja, acção que se realiza na liturgia. O valor de uma tal liturgia depende sobretudo da autenticidade da celebração dos ritos; com efeito, as acções litúrgicas, mesmo quando não são sacramentais, produzem a graça que significam. Se a celebração não permite aos ritos que sejam significativos, que frutos é que produzirão? É necessário, também, uma catequese dos ritos, de tal modo que os catecúmenos saibam em que consiste o que celebram, o que significa, etc.. O catecumenado deve ser como que um tempo de iniciação litúrgica; afinal, é pela liturgia e na liturgia que todos nós, os cristãos, vivemos a experiência de Deus e da Igreja.

2) O *segundo degrau* inicia-se com a *eleição* ou a *inscrição do nome* e faz-se no princípio da Quaresma. Esta é a etapa final antes do Baptismo, na Páscoa. Com este rito se encerra, praticamente, o catecumenado. Para alguém ser «inscrito», «requere-se que tenha fé esclarecida e vontade deliberada de receber os Sacramentos da Igreja » (Ritual, n. 134). É o tempo do segundo exame de que nos fala a Tradição Apostólica. Aqui também toda a comunidade dá o seu parecer. O rito da eleição tem as perguntas aos padrinhos e à assembleia; aos padrinhos pergunta-se sobre a fé, a vida e a comunhão fraterna dos candidatos. E, «se as circunstâncias o justificarem, o celebrante pergunta a toda a assembleia se está, ou não de acordo» (n. 145). Os pastores façam-no sempre desde que as circunstâncias o justifiquem. Segue-se a admissão ou eleição, as preces pelos eleitos, e a despedida.

O tempo da Quaresma é de purificação, iluminação; por isso, os eleitos celebram os *escrutínios* e as *tradições*.

Os *escrutínios* «têm uma finalidade sobretudo espiritual e realizam-se por meio dos exorcismos. A finalidade dos *escrutínios* é purificar

a mente e o coração, ser defesa contra as tentações, rectificar as intenções, despertar as vontades, para que os catecúmenos se unam mais estreitamente a Cristo e se empenhem mais fortemente no amor de Deus» (n. 154).

O 1.^o escrutínio faz-se no 3.^o Domingo da Quaresma, o 2.^o no 4.^o Domingo, e o 3.^o no 5.^o Domingo. É o mesmo esquema do catecumenado no séc. IV. Deste modo, fala-se de três grandes temas baptismais, em conexão com o Evangelho das missas desses Domingos: água (Samaritana), luz, fé (cego de nascença), ressurreição (Lázaro).

A liturgia dos escrutínios é bastante simples: um tempo de oração em silêncio, as preces pelos eleitos, o exorcismo (este compõe-se de duas orações, a segunda sendo dita com as mãos estendidas sobre os eleitos) e a despedida. Esta simplicidade litúrgica não pode fazer esquecer a sua importância no caminhar dos eleitos para o Baptismo. Estes devem ser elucidados sobre o seu significado; e a comunidade cristã acompanha-os, rezando com eles e por eles. O escrutínio é um acontecimento de toda a Igreja que acompanha os seus catecúmenos.

Também no tempo da Quaresma, se não tiverem sido feitos antes, realizam-se as *Tradições* do Símbolo e do Pai Nosso. As Tradições são ritos pelos quais se entregam aos eleitos o Símbolo — resumo da fé —, e o Pai Nosso — a oração por excelência dos filhos de Deus. Pode fazer-se a Tradição do Símbolo na semana que se segue ao 1.^o escrutínio, e a do Pai Nosso na semana que se segue ao 3.^o escrutínio. Todavia, talvez seja melhor fazê-las antes da Quaresma, portanto, antes do rito da eleição. Assim elas serviriam como que de introdução à catequese que irá aprofundar o conjunto da fé, e à vida de oração a que os eleitos são convidados durante o tempo quaresmal. Deste modo se viveria melhor a *Redição* a celebrar no Sábado Santo: a Igreja iniciou-os na fé, entregando-lhes o resumo dessa fé; e eles vêm agora, publicamente, confessá-la, afirmando assim a sua aceitação, preparados que estão para o Baptismo.

O rito da *Tradição* é do séc. IV, mas o da *Redição* do Símbolo aparece somente pelo séc. XIII, no Baptismo das crianças. Mas os dois ritos significam, para os eleitos, a responsabilidade que assumem de testemunhar a sua fé, não somente perante a comunidade dos fiéis, mas sobretudo diante do mundo pagão e ateu.

A *Redição* do Símbolo, no Sábado Santo, faz parte de um conjunto de ritos preparatórios — não obrigatórios — do Baptismo. São eles: o *Ephphthá*, a *Escolha do nome cristão* e a *Unção com o óleo dos catecúmenos*.

a) O rito do *Ephphthá*, imitando quer o gesto criador de Deus (Gen., 2, 7) quer o gesto do surdo mudo por Jesus (Mc. 7, 31-37), faz parte do rito já descrito pela Tradição Apostólica, e significa a transmissão da vida de Deus ao seu eleito. Neste rito, o celebrante toca com o polegar nos ouvidos e na boca dos eleitos.

b) *A escolha do nome cristão* é um rito a fazer onde tal é possível. Em muitas regiões, a imposição do nome novo significa uma nova vida para aquele que o vai usar. Mas, mesmo que não seja possível mudar o nome, «será suficiente explicar ao eleito a significação cristã do nome que lhe foi dado por seus pais». Só que, actualmente, muitos pais escolhem para os filhos nomes por muitos e variados motivos, menos por qualquer espírito cristão.

c) *Unção com o óleo dos catecúmenos*. Embora colocada aqui como rito preparatório, não deve ser realizada fora do Baptismo; aliás, o próprio Ritual a coloca imediatamente a seguir à renunciação e antes da profissão de fé. É uma restauração do ritual dos primeiros séculos: renunciação, unção, profissão de fé, Baptismo. A profissão de fé era feita já na água, assim como a renunciação e a unção. A unção «significa a necessidade da força divina, para que o baptizando, superando os obstáculos da vida passada e vencidos os ataques do demónio, dê corajosamente o passo da profissão de fé e lhe permaneça fiel no decurso de toda a vida» (n. 213).

III — A CELEBRAÇÃO DO BAPTISMO

«Segundo o costume, a iniciação dos adultos celebra-se na santa noite da Vigília Pascal» (n. 208). Os próprios ritos da liturgia pascal são uma boa introdução aos ritos baptismais, com a benção do fogo novo, o círio pascal, as leituras. Toda a Igreja é convidada a rezar pelos eleitos, os quais estão à volta da fonte baptismal, com os seus padrinhos: é a ladainha. Segue-se a benção da água, a qual deve ser celebrada com solenidade, dando-lhe a sua verdadeira importância de sinal exterior da regeneração que por ela vai ser operada.

Segue-se a renunciação, a qual é confirmada pela unção. E, antes do Baptismo, os eleitos fazem a sua profissão de fé. O presente Ritual prevê o Baptismo por imersão, o que constitui uma novidade para o nosso tempo; que se faça onde fôr possível e a pastoral o aconselhar; o seu significado é, por demais, evidente da realidade baptismal.

A seguir ao Baptismo, há aquilo a que o Ritual chama «Ritos explicativos»: a unção pós-baptismal (a fazer somente quando ao Baptismo não se segue a Confirmação), a imposição da veste branca e a entrega da vela acesa. Estes ritos são bem conhecidos por nós, porque permaneceram no Baptismo das crianças; aliás, os textos usados neste Ritual são semelhantes do Ritual do Baptismo das Crianças.

Segue-se, deve seguir-se, imediatamente, a celebração dos Sacramentos da Confirmação e da Eucaristia. A Confirmação é uma nova forma do dom do Espírito que estabelece o homem em diálogo com os outros homens: diálogo que é uma etapa da fé em Cristo ressuscitado e de acção de graças pelas suas maravilhas. Este diálogo permite a cada cristão mostrar os carismas que o Espírito lhe confiou: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade, temor de Deus; para que, dando testemunho da paixão e da ressurreição do Senhor e como membro activo da Igreja, edifique o corpo de Cristo na fé e na caridade.

A Eucaristia é verdadeiramente o lugar do diálogo e o sinal da ressurreição. Assim, o povo de Deus, alegre com novos seres regenerados pelo Baptismo e fortalecidos pelo Espírito Santo, proclama as maravilhas de Deus, oferecendo ao Pai aquilo que o próprio Pai lhe deu, a única vítima do seu agrado, Jesus Cristo.

CONCLUSÃO

Muitos párocos esperavam ansiosamente a publicação do Ritual da Iniciação cristã. Ele aí está. Mais que do Baptismo, puro e simples, de adultos, à semelhança do Baptismo das crianças, sentiam a necessidade de algo que fosse uma verdadeira iniciação cristã. Porque o Ritual não é, apenas, o Baptismo de adultos, mas contém em si toda a iniciação cristã; quero dizer que o Baptismo de adultos é mais do que isso: é, como disse o Concílio, o primeiro degrau da iniciação cristã, a qual tende para a Eucaristia e para uma autêntica vida cristã.

Portanto, a primeira conclusão a tirar deste Ritual e da instauração do catecumenado é a importância dada à liturgia no crescimento da fé e na conversão dos catecúmenos. A liturgia, as celebrações litúrgicas, são o lugar especial em que se Deus se revela; e o catecúmeno tem necessidade de «sentir» a influência da graça divina, a qual se vai revelando

através de todas as acções litúrgicas que acompanham o seu ritmo catecumenal.

Em segundo lugar, a experiência da vida da Igreja que o catecúmeno deve adquirir. O catecumenado exige uma Igreja viva, desinstalada, a acompanhar os seus catecúmenos. Estes não podem sentir-se à margem da comunidade dos já baptizados; pelo contrário, ajudados e acarinhados pelos fiéis, iniciam a sua integração de uma maneira positiva e aliciante.

Finalmente, será que a prática do catecumenado irá influenciar beneficemente a pastoral do Baptismo das crianças? É impossível dizê-lo. Mas é de desejar que sim. A experiência do Baptismo das crianças, feito por etapas, num certa região de França, ainda é muito recente e parece ter poucos seguidores. O futuro o dirá. Para já, aí temos o catecumenado dos adultos. Alegremo-nos. E vamos começar a pô-lo em prática.

FERNANDO CIMA

ENCONTRO EUROPEU DE LITURGIA

Os Encontros europeus de Liturgia nasceram de uma iniciativa franco-alemã, em 1973, e reúnem de dois em dois anos os responsáveis dos Institutos e dos Secretariados litúrgicos dos países da Europa.

Têm uma dupla finalidade: proporcionar aos participantes uma informação sobre a evolução da pastoral litúrgica nos seus países e aprofundar um aspecto da teologia sacramental.

O inquérito preparatório do encontro deste ano, que se realizou na ilha grega de Siros, foi dedicado à formação litúrgica dos leigos e dos padres. As 21 respostas permitem verificar que se têm feito múltiplos esforços para promover uma formação de qualidade.

Exceptuando alguns países, há que lamentar, entretanto, a falta de uma política geral na pastoral sacramental. Observa-se ainda, na maior parte dos países, uma baixa na prática dominical e nos casamentos católicos, além da crise do sacramento da Reconciliação.

Multiplicaram-se, nos últimos anos, as publicações litúrgicas, mas as mentalidades e as situações pastorais denotam um nítido atraso, e certos estratos sociais, como o mundo dos trabalhadores, dificilmente se integram na Liturgia renovada.

Os problemas do canto e da música litúrgica põem-se de modo diferente nos países de antigas tradições musicais e nos outros; não é raro, porém, detectar conflitos entre o grupo coral e a assembleia. De resto, a qualidade dos cânticos deixa ainda muitas vezes a desejar.

Sem um aprofundamento na formação e um correcto planeamento pastoral, designadamente no que concerne aos leigos, corremos o risco de ver a renovação litúrgica asfixiar-se num neo-ritualismo que anularia os benefícios da reforma conciliar.

Numa exposição consagrada à «Evolução da ciência litúrgica depois do Vaticano II», o Professor alemão H. Rennings (Paderborn) insistiu na necessidade de ter em conta as ciências da comunicação, a sociologia e a psicologia para um melhor funcionamento das celebrações litúrgicas. Por outro lado, os aspectos teológicos e pastorais

da Liturgia devem ser objecto de novas investigações: relação fé-sacramento, atitude pastoral para com o «Cristianismo de consumo», em que cada um se serve do que quer e como quer, etc..

O P. Daniel P. Coughlin, Director do serviço litúrgico da arquidiocese norte-americana de Chicago, falou da «Formação litúrgica dos padres e dos leigos». A diocese de Chicago é, sem dúvida, modelar nos Estados Unidos no que respeita à seriedade e extensão da formação de numerosos animadores litúrgicos. Pretende-se, antes de mais, que esta formação esteja ao serviço da oração. A pedagogia também merece atenção: a formação é personalizada, sendo cada um convidado a descobrir e desenvolver as suas próprias possibilidades de homem e de crente. Além disso, a Liturgia é vivida como experiência de Igreja. Por último, toda a formação litúrgica começa pela descoberta e aprendizagem da celebração da Vigília Pascal, coração da fé cristã.

Os Secretários nacionais de Liturgia exprimiram o desejo de que sejam estabelecidos contactos mais estreitos entre a Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino e as instâncias nacionais, a fim de se promover a adaptação litúrgica em relação às realidades e às situações próprias de cada região.

Formularam também o voto de que os responsáveis pela Liturgia, possam debruçar-se, a nível mundial, sobre a pastoral a seguir após a fase da publicação dos livros litúrgicos.

Os Secretários nacionais ficaram profundamente impressionados com o acolhimento recebido na Grécia, particularmente por parte da comunidade católica da ilha de Siros.

O novo encontro europeu será na primavera de 1982, ou num país da Europa oriental ou na Irlanda.

Portugal, que sempre participou nestes encontros europeus, esteve representado mais uma vez por Mons. Aníbal Ramos, que é o porta-voz do grupo da Europa Meridional no *bureau* da organização.

CORREIO DOS LEITORES

REZA DO TERÇO DIANTE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Vários leitores têm-nos perguntado se podem admitir-se preces em honra de N.^a S.^a ou de Santos durante a exposição do SSmo. Sacramento.

Publicamos a seguir a resposta dada em NOTITIAE, vol. IV-1968, pp. 133-134, e não deixamos de acrescentar que esta orientação foi claramente confirmada pelo Ritual da Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa, sobretudo nos nn. 95 e 96.

PODEM ADMITIR-SE PRECES EM HONRA DE N.^a SR.^a OU DOS SANTOS DURANTE A EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO?

«Até agora, em algumas comunidades ou grupos peculiares, havia o costume de, perante o Santíssimo Sacramento exposto, fazer preces em honra de N.^a Sr.^a, por ex. a recitação do rosário, ou súplicas aos Santos, por ex. ladainhas dos Santos, novena preparatória da festa de algum Santo, etc.

Procura saber-se se isto é conforme à letra e ao espírito da Instrução sobre o culto do Mistério Eucarístico.

Nota-se, por um lado, que não há no texto da Instrução qualquer proibição explícita. Por outro lado, porém, devem interpretar-se em sentido mais restrito as palavras da referida Instrução, n. 62: «Durante a exposição, tudo deve ser feito de tal modo que os fiéis, entregues à oração, estejam unidos a Cristo Senhor»; como se quisesse dizer: «estejam unidos *unicamente* a Cristo Senhor».

O termo *unicamente*, que é referido frequentes vezes pelos comentadores, embora não se encontre no texto da Instrução, mostra bem o espírito da lei. Com efeito, o fim da adoração colectiva diante do Santíssimo Sacramento exposto é atingido quando o espírito e a oração dos fiéis são orientados para o mistério eucarístico através do silêncio sagrado, das leituras, sobretudo da Sagrada Escritura, dos cânticos e das preces.

Outros exercícios piedosos, ainda que bons e recomendáveis, chamam a atenção para objectos diferentes e devem, por isso, ser remetidos para outras ocasiões, ou para antes ou depois da adoração e da bênção do Santíssimo Sacramento.

O próprio rosário deve considerar-se uma oração mariana, não dirigida directamente a Cristo. Nem se pode objectar com o facto de que se devem meditar os mistérios de Cristo enquanto se pronunciam as palavras da saudação angélica. Efectivamente, a parte essencial da súplica consta da oração repetida dirigida à Virgem Maria. Mas este piedoso exercício precisaria de nova consideração para que se possa conseguir mais plena concordância entre a voz e a mente de quem ora».

PUBLICAÇÕES LITÚRGICAS
OU DE INTERESSE LITÚRGICO
EM 1979

LITURGIA DAS HORAS — LAUDES, VÉSPERAS E COMPLETAS

(Composta e impressa pela Gráfica de Coimbra em fins de 1978, mas distribuída praticamente em 1979)

Com este volume pretende-se dar seguimento e tornar mais facilmente praticável o que nos recomenda o n. 40 da Instrução Geral sobre a Liturgia das Horas: «Dê-se a máxima importância a estas duas horas de Laudes e Vésperas, como oração da comunidade cristã, e promova-se a sua recitação pública e comunitária, principalmente entre as pessoas que vivem em comunidade; recomenda-se mesmo a sua recitação a todos os fiéis que não possam tomar parte na celebração comunitária».

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO

(Preparada e distribuída pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

É o documento que serve de introdução ao Missal de Paulo VI saído da reforma conciliar do Vaticano II, com os princípios e as normas que orientam a celebração da Missa.

O presente texto tem em conta as modificações e acréscimos que a Congregação do Culto Divino foi introduzindo na *Institutio generalis*, depois de 1969.

Esta «Instrução», que excede em muito o âmbito de uma simples introdução ao Missal, distingue-se sobretudo pelo seu carácter doutrinal e pastoral. Nela descobrimos a teologia da participação. Nela encontramos as orientações fundamentais para conduzir a comunidade cristã à participação consciente, activa e frutuosa, na celebração da Palavra e da Eucaristia, segundo o espírito da Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

ÍNDICE DA LITURGIA DAS HORAS

(Preparado pelo P. Pedro Ferreira, O.C.D., e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

Este índice de temas, autores e obras das leituras patrísticas e eclesiais da Liturgia das Horas constitui uma forma concreta de ajuda à causa da pastoral litúrgica.

Os autores são cerca de 178 e as leituras superam as 600. Toda esta variedade de autores e obras é colocada à disposição dos pastores de uma forma liturgicamente correcta e economicamente acessível, e faz da Liturgia das Horas um livro que, para além da oração, pode servir de base e modelo na preparação e até no exercício da pregação.

Este trabalho tem por objectivo chamar a atenção para a riqueza das leituras patrísticas e eclesiais da Liturgia das Horas e fazer um elenco dos temas contidos nas leituras de modo a permitir um melhor recurso às «inestimáveis riquezas espirituais que constituem o magnífico património da Igreja (IGLH, 165).

V ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITURGICA. *Guião das celebrações litúrgicas para a assembleia.*

(Preparado e distribuído pelo Secretariado Nacional de Liturgia)

RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS

(Saiu a lume em Março de 1980 e é distribuído pela Gráfica de Coimbra)

EM PREPARAÇÃO

— LITURGIA DAS HORAS

(Texto integral, em 4 volumes)

— SALTÉRIO

— RITUAL DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO
DA COMUNHÃO

VI ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS

O Secretariado Nacional de Liturgia escolheu para temática deste Encontro *a iniciação cristã dos adultos*, por três razões fundamentais: 1. pela sua inegável urgência pastoral no nosso País; 2. pela necessidade que se impõe de apresentar o novo Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos, publicado recentemente em língua portuguesa; 3. para colaborar no esforço nacional para a pastoral do Domingo, dedicado no próximo ano à construção das comunidades eclesiais que integram a Igreja.

Temas que vão ser tratados:

1. *Leitura sociológico-pastoral do fenómeno da iniciação cristã dos adultos em Portugal*
pelo P. António Gomes Dias
2. *Iniciação cristã na tradição da Igreja*
pelo P. José Ferreira
3. *Apresentação do Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos*
pelo P. José de Leão Cordeiro
4. *A iniciação cristã dos adultos no novo Ritual*
pelo P. Pedro Ferreira
5. *Perspectivas pastorais da iniciação cristã a partir do novo Ritual*
pelo P. Manuel Pelino Domingues
6. *A música na celebração dos sacramentos da iniciação cristã*
pelo P. Manuel Luís
7. *O coro e a participação musical na celebração litúrgica*
pelo P. A. Ferreira dos Santos

CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

Data — De 15 (às 17 horas) a 19 de Setembro (ao meio-dia)

Local — Casa de N.ª S.ª das Dores, do Santuário de Fátima

Inscrição — Cada participante inscrever-se-á com 300\$00 (sendo casal, ambos pagarão só 300\$00).

Devido às limitações do salão de trabalho que nos foi cedido, a inscrição é limitada este ano a 300 participantes e, como de costume, deve ser feita no Secretariado Nacional de Liturgia — Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro (Tel. 22172) e acompanhada do respectivo pagamento, até ao dia 30 de Agosto.

Alojamento — À dificuldade habitual de arranjar, no Santuário e sua vizinhança, quartos individuais para todos os interessados, acresce desta vez outra proveniente da coincidência nesta mesma semana, em Fátima, de dois grandes acontecimentos, um nacional e outro internacional.

Aos participantes que não puderem conseguir pessoalmente alojamento próprio e pretenderem quartos e/ou refeições a cargo deste Secretariado, além de satisfazerem a inscrição acima referida, serão oferecidas as seguintes modalidades:

- | | |
|--|-----------|
| <i>a)</i> hospedagem completa nos 4 dias com quarto individual | 2 000\$00 |
| <i>b)</i> hospedagem completa nos 4 dias com quarto de duas camas | 1 500\$00 |
| <i>c)</i> hospedagem completa nos 4 dias com quarto de três ou mais cam. | 1 000\$00 |
| <i>d)</i> só refeições completas nos 4 dias | 900\$00 |

Nota — As pessoas que se inscreverem e não receberem qualquer informação em contrário, devem considerar-se inscritas e receberão mais informações na primeira semana de Setembro.